

Muralhas do Sertão: os aldeamentos coloniais na Guerra de Palmares (Século XVII)

Wesley de Oliveira Silva

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Recife - Pernambuco - Brasil
wesley_oliveira18@outlook.com

Resumo: O presente artigo busca analisar a estratégia de defesa das povoações coloniais na Capitania de Pernambuco através do estabelecimento de aldeamentos indígenas nas áreas onde ocorriam maior incidência de ataques dos palmaristas no século XVII. Além dos vários interesses de agentes coloniais ligados ao trabalho de nativos aldeados, em tempos de guerra, os aldeamentos coloniais assumiam também a função de arraiais militares, abrigando soldados das expedições e servindo como muralhas que impediram o avanço de forças inimigas. Dessa forma, o presente estudo busca também identificar os aldeamentos que serviram a este propósito. Usamos como fontes correspondências administrativas encontradas nos principais acervos documentais relativos ao período colonial do Brasil, bem como relatos de cronistas e mapas coloniais, analisados e problematizados por meio das reflexões feitas pela historiografia indígena colonial.

Palavras-chave: Aldeamentos indígenas. Arraiais militares. Palmaristas.

Introdução: conceitos importantes para discussão do protagonismo indígena

Nos últimos anos, a historiografia indígena colonial vem discutindo bastante acerca do protagonismo indígena durante a colonização, destacando ações e reações dos nativos em um contexto de imposições e construção de um novo mundo em territórios anteriormente habitados por povos indígenas de expressões socioculturais diversas. Em contraposição às perspectivas assimilacionistas que até um período avançado do século XX marcaram a historiografia colonial brasileira (MOREIRA, 2008, p. 66), novas produções, amparadas em reflexões produzidas através da aproximação entre História e Antropologia, se tornaram essenciais para um melhor entendimento de conceitos e abordagens que negligenciavam as atuações dos indígenas e os reservavam a um segundo plano na história.

Conceitos como o de agência indígena, resistência adaptativa e territorialização são resultados dessas novas concepções teórico-metodológicas advindas da antropologia histórica, e permitiram novas abordagens a respeito da temática indígena, desconstruindo o entendimento histórico antes predominante que atribuiu ao indígena a famosa dualidade que os dividia em “aculturado” (para os aliados) e “exterminado” (para os inimigos). Nessas abordagens, os povos indígenas “não agiam, apenas reagem a estímulos externos sempre

colocados pelos europeus” (ALMEIDA, 2013, p. 25). Portanto, a noção de agência – *agency*, em inglês – é essencial para pesquisas que buscam evidenciar os indígenas enquanto sujeitos históricos conscientes, pois esse conceito busca “qualificar a ação consciente dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições do contato e da dominação” (MONTEIRO, 1995, p. 226-227).

Muitos autores não perceberam, em suas obras, a resistência indígena durante as situações que lhes foram impostas, passando a considerar apenas as reações mais visíveis como únicas no processo de vivência entre o “colonizador” e o “colonizado”. Logo, como são mais perceptíveis, as fugas, os isolamentos de povos que adentravam o sertão, rebeliões e a própria escolha dos indígenas nas alianças com os europeus são as mais destacadas práticas de resistência. Contudo, tais ações não desaparecem com o aldeamento. E neste ponto, conceitos como a “resistência adaptativa” tornaram-se fundamentais para o estudo das atuações individuais e coletivas dos povos aldeados, desconstruindo a noção de aculturação que atribuiu apenas o espaço de povos subjugados ao controle colonial e passando a considerá-la parte do processo de resistência, visto que a escolha na colaboração com os colonos é um ato de resistência, pois visava a sobrevivência (STERN, 1987, p. 52).

Nas fontes relativas ao período colonial onde foram descritos os contatos entre europeus e indígenas, é perceptível processos de resistência, transformações e adaptação dos nativos em meio a um novo mundo que lhes foi imposto, e os próprios aldeamentos coloniais podem ser entendidos como espaços de interação entre grupos sociais diversos, onde os indígenas, através de patentes militares ou agentes coloniais, buscaram melhorias de vida ou lutavam por seus interesses pessoais (FLECK, 2005, p. 314). Logo, a partir das suas próprias expressões socioculturais, os povos indígenas alteraram e reelaboraram práticas culturais que lhes foram ensinadas, as adaptando de acordo com a realidade imposta, visto que povos subjugados “não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam” (PRATT, 1999, p. 30-31). Essa perspectiva foi também bastante discutida pelos chamados “teóricos da recepção”. Segundo Burke (2000, p. 248), estes “substituíram a tradicional suposição de recepção passiva pela nova adaptação criativa. Afirmam que ‘a característica essencial de transmissão cultural é que tudo o que se transmite muda’”.

A construção de novas identidades neste contexto colonial ocorre justamente através do que Mary Louise Pratt (1999, p. 32) denominou como “zona de contato”, conceito

que consiste em entender como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros em termos de interação e trocas no interior das relações assimétricas de poder. Desse modo, o contato foi essencial para intermediar as situações de colaboração entre os povos aldeados na construção das identidades coletivas, impulsionadas pelos processos de “mistura”, que ocorreram no que João Pacheco de Oliveira (2004, p. 24) denominou como processos de territorialização. Para o antropólogo, o conceito de territorialização pode ser definido:

Como um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 2004, p. 22).

Enfocamos na nossa pesquisa o que o autor chamou de primeiro processo de territorialização, mas apenas ao que se referiu a “primeira mistura”, quando “famílias de nativos de diferentes línguas e culturas foram atraídas para os aldeamentos missionários, sendo sedentarizadas e catequizadas” (OLIVEIRA, 2004, p. 24). Em decorrência disso, os territórios das aldeias coloniais passaram a ser as principais referências dos indígenas, o que explica a formação dessas identidades, pois se dá através do contato Inter étnico e da colaboração mútua nessa nova realidade, impulsionadas por este sentimento de pertença e pelos compartilhamentos culturais na vivência conjunta, ocasionando novas identidades étnicas (cf. BARTH, 2011, p. 193-195; POUTIGNAT, 2011, p. 103; WEBER, 1944, p. 270).

Após os processos de *pacificação* pelos quais os povos Tipi do litoral da Capitania de Pernambuco foram submetidos (cf. OLIVEIRA, 2017, p. 68; POMPA, 2017, p. 77-83), a criação de aldeamentos foi implementada com sucesso, abrigando, respectivamente, os Tabajara, os Caeté e os Potiguara. Durante as várias guerras vivenciadas no século XVII pela colônia, as forças indígenas arregimentadas para lutar nesses conflitos saíram justamente dessas aldeias, muitas das vezes sendo deslocadas para regiões longínquas dos locais de onde os aldeamentos estavam instalados. Um dos propósitos desses deslocamentos era o estabelecimento de aldeias em áreas de maior incidência de ataque de forças inimigas, fossem elas indígenas ou palmaristas, para servirem como barreiras defensivas, processo no qual identificamos muita resistência dos nativos aldeados. Partiremos, então, para esta análise.

Estratégia de defesa: as aldeias coloniais como barreiras defensivas

O estabelecimento do sistema de aldeamentos coloniais foi significativo para a colonização da América portuguesa. A historiografia indígena colonial, a partir de uma discussão que buscou evidenciar os múltiplos sentidos dos aldeamentos coloniais para os diversos setores da colônia (cf. ALMEIDA, 2013; MONTEIRO, 1994; LOPES, 1999; POMPA, 2003), destacou que as aldeias significavam, sobretudo, disponibilidade de mão de obra fácil e módica, o que ocasionou vários conflitos motivados pela disputa do trabalho dos nativos aldeados; para os indígenas, os aldeamentos representavam espaços de sobrevivência no mundo que se alterava constantemente, tornando-se sua principal referência na medida em que a colonização avançava. Dessa forma, as aldeias representavam “um espaço de liberdade possível diante das ameaças, [...] que os possibilitava também reconstruir suas histórias e identidades” (ALMEIDA, 2013, p. 156).

Por meio das aldeias, a interação entre indígenas e agentes coloniais tornou possível a construção de relações sociais através da colaboração mútua, permitindo o pacífico contato na construção da colônia. Portanto, longe de uma interpretação que considere os povos indígenas “subjugados”, novas abordagens teóricas permitiram entender as alianças entre grupos indígenas e europeus para além da simples submissão de um a outro, passando a considerar que os acordos, mesmo em situação de desvantagem para um grupo, pressupõem relações de interesses entre ambos. Quem se alia, busca algo em troca. Na condição de aldeados, os nativos passaram a barganhar direitos e lutar por melhores condições de vida.

Durante o século XVI, o avanço da colonização da capitania de Pernambuco se deu em etapas, orientadas por meio das alianças que os colonos estabeleceram com os indígenas. Primeiramente foram estabelecidos acordos com os Tabajara, que habitavam as regiões localizadas no litoral Norte da capitania (SILVA, 2004, p. 62; OLIVEIRA, 2019, p. 197). Através desses acordos, a colonização avançou para o Sul¹, atingindo as “Alagoas de Pernambuco” (ANTONIL, 2013, p. 138), ocasionando guerras com os Caeté, predominantes naquele território (HEMMING, 2007, 132-133; OLIVEIRA, 2019, p. 197-198). Por causa das doenças (principalmente) e das guerras, a população Caeté declinou, possibilitando a efetiva ocupação da região litorânea do que hoje corresponde ao atual estado de Alagoas. Muitos dos Caeté sobreviventes foram aldeados, outros escravizados e muitos também fugiram para o interior da capitania. Já neste momento, a mistura dos Tabajara e Caeté em aldeias foi realizada, e aldeamentos como as aldeias São Miguel, Nossa Senhora de Escada e Guena abrigavam populações desses dois povos (SILVA, 2004, p. 83).

¹ Consideramos aqui as dimensões geográficas do período colonial, quando o território de Alagoas constituía o Sul da capitania de Pernambuco.

No final do século XVI veio a colonização das terras habitadas pelos Potiguara, localizadas nas regiões ao Norte de Pernambuco, naquele momento Capitania de Itamaracá e da Paraíba (HEMMING, 2007, p. 128-129). Para realização das guerras contra os povos indígenas resistentes ao avanço da colonização, a arregimentação dos nativos aliados foi fundamental, e vários aldeamentos foram formados em regiões estratégicas, próximos aos núcleos de povoamento coloniais justamente para servirem como barreiras de defesa aos ataques dos povos rivais e para oferecerem mão de obra aos colonos (SILVA, 2004, p. 82-83). Com o fim das guerras e o estabelecimento da aliança, os Potiguara também foram aldeados, especificamente em 1599, segundo relatou o frei Vicente do Salvador (1918, 371).

O século XVI foi, então, um período de expansão pelo litoral da Capitania de Pernambuco, marcado pelas alianças e aldeamento dos povos indígenas que habitaram a região, como também pelo alargamento das fronteiras coloniais e, conseqüentemente, expansão dos canaviais e instalação dos engenhos. No caso de Pernambuco, um projeto de colonização que rendeu muito sucesso. Para dar um exemplo, as duas mais populosas capitanias das colônias em 1585 apresentavam o seguinte quantitativo de engenhos: Pernambuco possuía 66 engenhos, enquanto a Bahia tinha 36; ambas respondiam por 85% do número total de toda América Portuguesa (SCHWARTZ, 2020, p. 339). Neste período também chegaram milhares de escravizados todos os anos, especialmente da região da África Central (THORNTON, 2010, p. 48). Como processos intrínsecos, juntamente com a escravidão veio a resistência. Já em fins do século XVI e início do XVII os primeiros agrupamentos de escravizados fugitivos foram sendo construídos, bem como as primeiras medidas repressivas para contê-los (cf. ALVES FILHO, 2008, p. 29; CARNEIRO, 2011, p. 24; FREITAS, 1981, p. 17). É neste contexto que o Quilombo dos Palmares foi formado.

Constituído de vários mocambos localizados em um território compreendido entre o Cabo de Santo Agostinho até a Zona Norte do curso inferior do rio São Francisco, cobrindo vastas áreas do interior e Agreste dos atuais limites de Pernambuco e Alagoas, o Quilombo dos Palmares foi o maior agrupamento de fugitivos da América colonial. Local este não despovoado, visto que populações indígenas habitavam na região antes e durante a existência de Palmares. As primeiras expedições para sua repressão começaram entre fins do século XVI e início do XVII, período no qual podemos identificar aldeamentos indígenas sendo deslocados para a região em que houve maior incidência de ataques dos palmaristas.

Em uma carta datada de 1597 acerca dos ataques dos palmaristas, o padre Pero Rodrigues destacou a importância em ter os indígenas próximos, pois os aldeamentos serviam como “escudo, muro e baluarte dos portugueses contra todos os inimigos” (ABNRJ,

1898, p. 255). Logo nos anos seguintes, especificamente em 1614, foi construída a aldeia Santo Amaro, localizada próxima a lagoa Manguaba, para servir como barreira “no lugar mais próximo aos pretos levantados nos Palmares, e ali residiram até que foram acudir as minas de salitre por ordem do rei” (IHGAL, 1879, p. 15).

Tal estratégia continuou sendo recorrente nos anos seguintes, visto que além dos inimigos internos, Pernambuco foi invadido pelos holandeses em 1630, sendo expulsos apenas em 1654. Durante as guerras de Resistência (1630-1637) e de Restauração (1644-1654), a estratégia foi novamente praticada. Em 1614, outro aldeamento foi criado no litoral Norte de Alagoas, próximo à Penedo e Alagoas do Sul, área onde já havia alguns engenhos e canaviais (cf. MELLO, 2012, p. 134-144). A aldeia, posteriormente, serviu como barreira contra as investidas dos holandeses e palmaristas (IHGAL, 1879, p. 15). A aldeia de Una, construída ao sul do Rio Una, próxima à vila de Sirinhaém, também serviu a este propósito. Em 1636 foi destruída por um ataque holandês, não sobrando “nem mesmo a própria igreja, que deixaram saqueada e bastante danificada” (COSTA, 1952, p. 53); posteriormente, a população sobrevivente foi realocada em outros aldeamentos próximos e futuramente a aldeia seria reconstruída, dessa vez próxima ao rio Pernisunga, em Alagoas (FERREIRA, 2006, p. 13).

O estabelecimento dos aldeamentos em regiões com maior ocorrência de ataques dos inimigos não era feito sem organização. As aldeias eram construídas em locais estratégicos não apenas em termos defensivos, mas também visando a produtividade da região na qual eram estabelecidas. Logo, as aldeias eram deslocadas ou criadas para áreas próximas aos engenhos ou vilas, possibilitando aos colonos o uso do trabalho indígena. No século XVII, alguns aldeamentos em Pernambuco foram estabelecidos na atual região da Zona da Mata, como foi o caso da aldeia São Miguel, construída próxima ao povoamento de São Lourenço (DUSSEN, 1640, p. 185), e a aldeia Acajuapáie, estabelecida próxima ao Rio Capibaribe (MELLO, 2001, p. 227-229) antes de 1640. Ambos os aldeamentos estavam localizados a poucos quilômetros de mais de dez engenhos em atividade na Várzea do Capibaribe (cf. MELLO, 2012, p. 57-73).

Apesar de ter sido praticada na primeira metade do século XVII, a estratégia de criar ou enviar aldeamentos para as regiões que registravam maior incidência de investidas inimigas foi ainda mais praticada após a expulsão dos holandeses em 1654, visto que outros episódios de conflitos foram vivenciados na segunda metade do século XVII, motivados pela expansão das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil para os sertões, ocasionando diversos conflitos contra diversos povos indígenas de expressões socioculturais diferentes.

Além das guerras contra os indígenas, que ficou conhecida como a “Guerra dos Bárbaros” (cf. PIRES, 2002; PUNTONI, 2002), a administração colonial passou a enfrentar com mais seriedade o Quilombo dos Palmares, especialmente a partir da década de 1660 (GOMES, 2019, p. 69). A Figura 1 mostra o mapa revisto do Quilombo dos Palmares no século XVII.

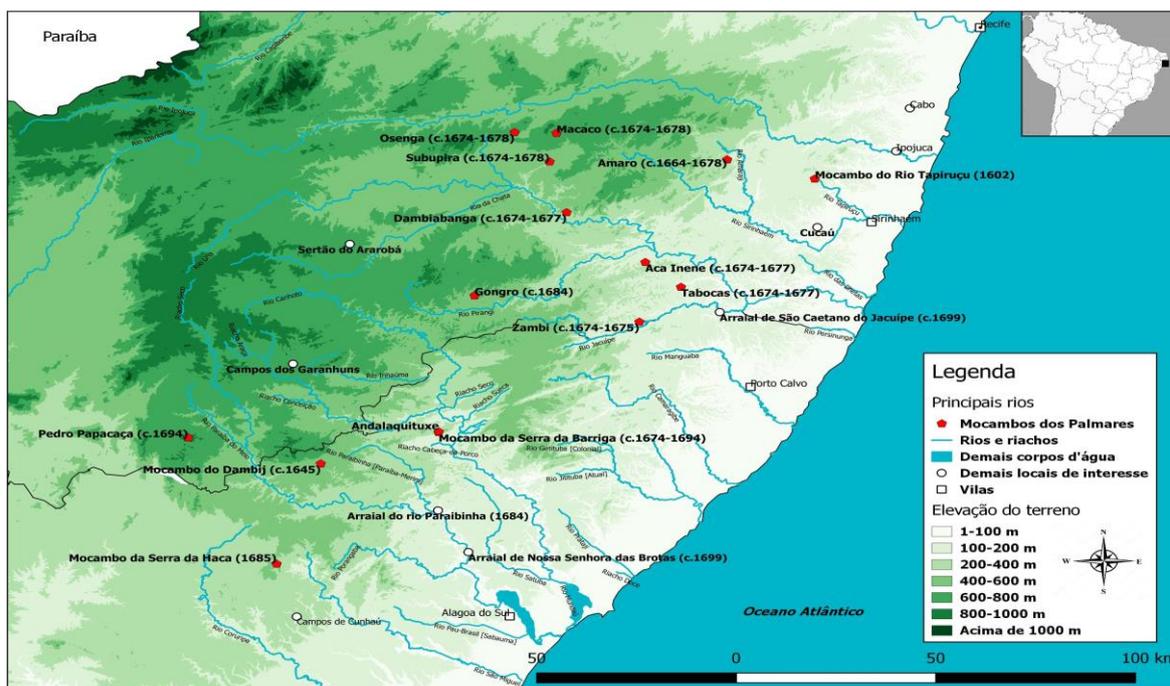


Figura 1: Mocambos de Palmares, século XVII.

Fonte: DAMASCENO, 2018, p. 162.

No contexto das guerras contra os invasores holandeses, foi criado o Terço de Camarão, que se tornou a principal tropa indígena da colônia, sendo regulamentada e institucionalizada nos moldes portugueses, constituindo-se inteiramente por indígenas, inclusive suas lideranças, estas divididas entre cabo, sargento, tenente, capitão e capitão-mor (LOPES, 2003, p. 75; SILVA, 2004, p. 106-107). No topo da hierarquia estava o Governador de Índios (ou Governador do Terço dos Índios, como também aparece na documentação), cargo responsável por ajudar na administração dos aldeamentos que estivessem sobre sua jurisdição, se encarregando de todos os assuntos referentes aos indígenas, como resoluções referentes a posse e uso de terras, intermediações entre seu povo e o próprio rei, solicitação de missionários para assistência religiosa nos aldeamentos, nomeação de cargos militares aos indígenas e, principalmente, buscar solicitações para manutenção de sua tropa (LOPES, 2003, p. 76; SILVA, 2010, p. 144). Escolhidos entre as lideranças Arcoverde (Tabajara) e Camarão (Potiguara), ao todo existiram quatro Governadores de Índios, apresentados no quadro abaixo:

Quadro 1: Lista de todos os Governadores de Índios de Pernambuco

NOME E CARGO/PATENTE	PERÍODO DO GOVERNO
Diogo Pinheiro Camarão	22/06/1672 até 02/12/1683
Antônio Pessoa Arcoverde	02/12/1683 até 05/03/1694
Sebastião Pinheiro Camarão	05/03/1694 até 12/02/1721
Antônio Domingos Camarão	12/02/1721 até 12/01/1733

Fonte: Confirmação das patentes de Governador de Índios: Diogo Pinheiro Camarão, A.H.U., 1672, p. 132; Antônio Pessoa Arcoverde, A.H.U., 1683, p. 29; Sebastião Pinheiro Camarão, A.H.U., 1694, p. 6; Antônio Domingos Camarão, A.H.U., 1721, p. 77; extinção do cargo, A.H.U., 1732, [s.p.].

Em ordens passadas para o Governador de Índios pela administração colonial, eram organizadas não apenas a arregimentação dos indígenas aldeados para as guerras, como também a reorganização de aldeamentos em pontos estratégicos para servirem como barreiras aos ataques dos inimigos. Ou seja, era atribuição das próprias lideranças indígenas o deslocamento de aldeias, quando ordenado pela administração local ou não. Em 1661, o governador Francisco de Brito Freire escreveu ao governador-geral Francisco Barreto de Meneses (1657-1663) sobre o reforço da população da aldeia Ananases, criado no “sertão de Sirinhaém” justamente para servir como barreira aos ataques dos palmaristas:

Acabou vossa Senhoria com a Guerra dos Holandezes, nestas Cappitaniaz, e começam a fazerma os negros de Palmares, que continuamente emquiettão oz moradorez por todaz az partez; Haverá quinze diaz que derão na freguezia de São Lourenço e levaram 16 escravoz daquelles vezinhos, despachei em seguimento o capitão Francisco Ramos com 40 soldados e alguns índios, poderá ser que os encontrem, por que todavia não hé recolhido; Ontem que foram 22 do corrente chegou aviso ao mestre de campo Antônio Dias Cardoso do capitão Belchior Álvares Camelo , que o Governador André Vidal havia mandado aos Palmares antes de minha chegada com sua tropa de 90 soldados, como ficava no Rio de S. Francisco com 60 negros que aprisionou em uns mocambos que têm situado de seis meses a esta parte, tanto que se recolher esta gente determino repetir outras tropaz por aquellaz cappitaniaz de Porto Calvo e Sirinhaém onde os moradorez são maiz molestadoz, por cujo respeyto mando agora 25 indioz com mulherez e meninoz a povoarem a Aldeia de Ananases distrito do mesmo Sirinhaém, por mos pedirem o capitão-mor e câmera entendo que com esta vizinhança enfrearão o desaforo dos negros (A.U.C., 1661, p. 49).

O envio das famílias de indígenas para a aldeia Ananases foi provavelmente organizado pelas lideranças indígenas do Terço de Camarão, visto que o planejamento era justamente fortificar seu poder frente aos ataques dos palmaristas. Em 1685, novamente a aldeia recebeu mais indígenas, dentre eles o então governador de índios Antônio Pessoa Arcoverde com sua família, que recebeu ordens diretas para organizar todo o processo:

Ordeno a Antônio Pessoa Arcoverde, governador dos Índios, mande situar a aldeia chamada dos Ananases com 12 casais dos índios de sua jurisdição, levando consigo toda a sua família e parecendo-lhe necessário mais casais os meterá nela

para que com esta povoação na dita aldeia se assegurem as circunvizinhas a ela dos assaltos dos negros dos Palmares (A.U.C., 1685, p. 424).

Aumentar a população de nativos do aldeamento ajudava tanto na proteção da região onde ele estava localizado quanto definia também possibilidade de expansão para o interior, o chamado “sertão colonial”, alargando as fronteiras coloniais rumo a um território ainda não colonizado, impossibilitando o reagrupamento dos inimigos na região conquistada. Desta forma, a estratégia em criar barreiras indígenas no sertão foi também uma medida que visou o crescimento do poderio militar colonial em áreas pouco povoadas, uma vez que o aldeamento servia como um ponto de partida para as tropas que saíam em expedição rumo a Palmares. Vejamos outra situação:

E porque Vossa Majestade vejam que não falto com aquilo que está em minha mão lhes concedo a licença que me pedem para passarem a aldeia dos índios que está nesta sua jurisdição para o Engenho de Chucaup [Engenho Cocaú, às margens do rio Capibaribe, na região de Sirinhaém]; folgarei muito que por esta via se fique reparando o dano que os moradores recebem dos tapanhunos levantados, com esta vai a ordem para o capitão de mudar com a sua gente seguindo o que vosmicês lhe derem sobre o sítio em que se hão de aposentar, advertindo que se lhes for necessário mantimento para estes primeiros meses, vm.s lho hão de dar enquanto não tiverem fruto de suas plantas, porque o mesmo fizeram os oficiais da câmara com o capitão-mor Camarão no Porto Calvo (A.U.C., 1666, p. 203).

Este é um trecho de uma carta escrita pelo governador Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666) em 1666 para a câmara de Sirinhaém. Não foi mencionado qual aldeamento seria deslocado para a região em questão, mas o governador foi enfático ao declarar que a estratégia surtisse efeito e que reparasse “o dano que os moradores recebem dos tapanhunos² levantados”.

Embora a guerra contra os palmaristas tivesse longe do seu final, de toda forma, a estratégia continuou recorrente nas décadas seguintes. Em 1673, o governador geral Afonso Furtado de Castro Rio de Mendonça escreveu uma carta para Pedro de Almeida e Antônio Vás Gondim (respectivamente o governador de Pernambuco e o capitão-mor do Rio Grande) “acerca das pessoas que se devem propor nas Aldeias da jurisdição de D. Diogo Pinheiro Camarão” (DHBN, v. 10, 1929, p. 73), então governador dos índios, certamente para reforçar a população dos aldeamentos situados em Palmares, pois em outra carta escrita para Pedro de Almeida sobre a conquista dessa região, Afonso Furtado valoriza a ação de Diogo Pinheiro Camarão para as expedições que estavam sendo organizadas no momento, “por ser sua pessoa muito necessária para acompanhar, com elles a conquista” (DHBN, v. 10, 1929, p. 109); já em uma outra escrita para o mesmo capitão-mor do Rio

² Uma dos termos atribuídos aos africanos aqui residentes.

Grande sobre a Guerra de Palmares, o governador-geral ordena que o Antônio Vás Godim “escolha de todas as Aldeias dessa Capitania os índios, que forem sufficientes para aquella guerra” e os envie para Palmares (DHBN, v. 10, 1929, p. 116).

Na década de 1680, a estratégia continuou a ser bastante praticada. Em um parecer escrito por Dom João de Sousa em 1685, na época ex-governador de Pernambuco, sobre as tentativas de paz com os palmaristas, é advertido que de maneira nenhuma “lhes admitão, porque a experiencia tem mostrado a cavillação com que as intentão” (ENNES, 1938, p. 148). Ou seja, baseado na antiga tentativa de paz que foi feita com Ganga Zumba, o ex-governador aconselhava a agir com cautela, sugerindo a construção de dois arraiais nas áreas expostas aos ataques dos palmaristas no momento: as vilas de Alagoas do Sul e Porto Calvo. Estes arraiais seriam os aldeamentos indígenas,

[...] que se julguem sufficientes a impedir-lhes as correarias que fação, sendo presidiadas com oitenta soldados pagos e cento e vinte índios, com seus casais que é o que basta para a sua conservação e para deficultar aos negros os seus insultos e estourar-lhes o plantar os mantimentos que é a maior opressão que elles padecem, e dano que se lhes pode seguir (ENNES, 1638, p. 148).

No mesmo documento, D. João de Sousa explica que a estratégia é eficaz, pois foi usada durante o governo em um período “perto de dois annos no matto e por falta de meios, com que socorrê-lo, foi forçoso extingui-lo” (ENNES, 1938, p. 148). Deste parecer podemos tirar informações muito importantes para compreender a estratégia. Os aldeamentos serviam como barreiras defensivas porque o propósito da administração colonial era criar arraiais³ no sertão, abrigando indígenas e os soldados que marchariam durante as expedições, pois os indígenas eram frequentemente arregimentados para os conflitos, muitas das vezes dessas aldeias estabelecidas próximas às áreas dos principais focos dos ataques dos palmaristas. Em carta escrita ao rei em 1671, Fernão de Sousa Coutinho, então governador de Pernambuco, informando sobre a reorganização dos terços militares e o alistamento dos homens para as expedições contra os palmaristas, informou que os indígenas aldeados também seriam convocados para “fazer guerra a estes Mocambos e palmares instantemente sem se cesar” (A.H.U., 1671, [s.p.]). Um outro exemplo disso são as expedições organizadas pelo governador Francisco de Brito Freire em 1663, arregimentando “hum poderoso exercito de gente auxiliar com 300 de Infantaria companhias de cavallo, Trem de artilharia, Indios e pretos” (A.H.U., 1663, [s.p.]).

³ Acampamentos militares usados para abrigar as tropas durante períodos de conflitos.

Retornando para a estratégia na construção das aldeias, uma vez estabelecidos em áreas fronteiriças aos mocambos, a aldeia protegia os povoamentos coloniais na mesma medida em que deveriam destruir os meios de subsistência do inimigo, obrigando-os a se espalharem pelas matas em direção a outros mocambos, ficando expostos aos ataques das expedições e enfraquecendo o poder militar do Quilombo.

Alguns aldeamentos foram criados para este fim. Identificamos mais três aldeias: o aldeamento Jacuípe, criado na década de 1690 próximo ao rio Una, uma região de intensa produção açucareira (DANTAS, 2015, p. 44-45); a aldeia do Orandú, no sertão de Sirinhaém (A.U.C., 1690, p. 469), na década de 1680; e a aldeia dos Ananases A.U.C., 1661, p. 49), em um período anterior a 1660, visto que em 1661 foi deslocada para próximo a vila de Sirinhaém para servir como barreiras aos ataques dos palmaristas, tendo sua população reforçada em 1661 e em 1685 (A.U.C., 1685, p. 424).

Contudo, em várias situações o envio de aldeias para outras regiões causava problemas para os moradores locais e queixas dos indígenas que seriam deslocados de uma localidade para outra. Algumas vezes os nativos chegavam a fugir dos aldeamentos, quando eram arregimentados para os conflitos ou das aldeias em direção às matas. Em um documento datado de 1612, o problema da fuga de indígenas aldeados é destacado, pois eles “logo se vão para o mato” onde

[...] fazem, como dito é, abomináveis vivendas e ritos, juntando-se com os negros de Guiné também fugidos, do que resultam mortes, furtos, escândalos e violências por cujo respeito se não pode atravessar o sertão comodamente de umas partes a outras, nem dilataram-se as povoações pela terra a dentro (MORENO, 1955, p. 113).

Problemas com a mudança de indígenas de um aldeamento para outro aconteceu também em 1665, quando várias queixas da Paraíba e Rio Grande chegaram para o governador-geral Vasco de Mascarenhas, o Conde de Óbidos, reclamando das mudanças de indígenas das regiões para as aldeias de Pernambuco, feitas pelo capitão-mor dos índios Diogo Pinheiro Camarão. Na carta para o capitão-mor, o Conde de Óbidos escreveu:

Tenho entendido, por queixa que se me fez da Parahiba, e Rio Grande, que o Capitão-mor Dom Diogo Pinheiro Camarão, manda occultamente induzir os índios das Aldeias que naquellas Capitánias estão, para segurança de seus moradores; o que eu não posso crer; por ser grande o prejuízo que causa ao serviço Del-Rei meu Senhor. Aos Capitães-mores de ambas as Capitánias ordeno, e encarrego conservem as ditas Aldeias; e não só não consintam que delas se tire um só índio; mas antes façam recolher a ellas todos os que forem da obrigação das mesmas Aldeias, nas quaes é tão importante, assistam, como está pedindo a vizinhança dos Tapuyas inimigos; cujo temor obriga a aquelles moradores a repetir a queixa de lhos tirarem (DHBN, vol. 9, 1929, p. 224).

Por causa das guerras contra os palmaristas neste período, é possível inferir que o envio dos indígenas feito por Diogo Pinheiro Camarão provavelmente foi feito para as aldeias em Pernambuco, para servir não apenas como barreiras, mas também, como visto anteriormente, porque muitos indígenas eram arregimentados para expedições que adentravam a região de Palmares em procura dos mocambos, facilitando a organização das tropas.

Em 1674, o governador-geral Afonso Furtado aconselhou Pedro de Almeida a agir com cuidado na mudança de aldeias localizadas em Pernambuco para a região de Palmares, “evitando a queixa que terão os mesmos índios [...] daqueles lugares em que a natureza os criou [...] para outros” (DHBN, vol. 10, 1929, p. 114). Através de casos como esses apresentados, é possível inferir que a resistência dos nativos nesses deslocamentos foi algo no mínimo preocupante, visto que era motivo de preocupação suficiente para que o governador-geral Afonso Furtado alertasse a Pedro de Almeida.

Outras vezes, as reivindicações dos nativos eram representadas pelos próprios agentes coloniais responsáveis pelos aldeamentos, ou pelos moradores preocupados com a defesa local ou com a disponibilidade do trabalho indígena. Em 1685, os moradores da Capitania de Itamaracá reclamaram ao rei acerca da mudança da aldeia de Itapecerica, que estava localizada na fronteira entre Itamaracá e Pernambuco e servia como barreira aos ataques dos povos indígenas do sertão, afirmando que a mudança se deu por conta dos “servos religiosos dos quais passam na dita aldeia levando os índios dela e de comboio para uma outra que fizeram” (A.H.U., cód. 25, 1685 *apud* VIEIRA, 2011, p. 80-81).

Nos anos finais da Guerra de Palmares, entre 1690 e 1694, depois de várias décadas de aplicação da estratégia de estabelecer aldeias nas principais áreas de incidência de ataques dos palmaristas, a construção de novos aldeamentos nessas regiões continuou sendo praticada. Em julho de 1690, o governador Félix Machado da Silva, o Marquês de Montebelo, ordenou ao governador de índios Antônio Pessoa Arcoverde que estabelecesse “nas cabeceiras das villas das Alagoas, Porto do Calvo, e Serinhaem” três aldeias com mais de cem casais de indígenas, para a proteção das vilas (A.H.U., 1690, [s.p.]).

Outros aldeamentos foram criados entre 1690 e 1694, como a já citada aldeia Jacuípe e a aldeia Urucú, na região próxima ao rio Mundaú, em Alagoas (ANTUNES, 1987, p. 11; SILVA, 2007, p. 45). Aldeamentos localizados na Serra do Ararobá, no atual agreste pernambucano, foram listados para servirem indígenas ao capitão Francisco Dias Leite, que organizou no início de 1694 uma expedição “a sua custa” para destruir um “mocambo de

negros levantados para a parte do Orobo⁴” (A.U.C., 1694, p. 558). Mesmo depois da destruição de Macaco, o governador Caetano de Melo e Castro ordenou a construção de duas aldeias na região próxima onde o mocambo esteve instalado, para evitar “os negros a se valer daquela sua rochela [sic] em que cento e tantos anos se defenderam e aumentaram-na” (FREITAS, 2004, p. 130). Portanto, as aldeias também foram muito importantes para a ocupação da região.

Considerações finais

A participação de indígenas nas guerras coloniais foi contundente no decorrer de todo o século XVII. Este artigo buscou apresentar uma das estratégias da conquista do chamado “sertão de Palmares”, uma ampla região que somente a partir do final do século XVII foi efetivamente ocupada (cf. DAMASCENO, 2018), através da ocupação do território que antes era habitado por grupos indígenas fugitivos das guerras coloniais no século XVI e, principalmente, pelos mocambos espalhados nas matas fechadas, formando o famoso Quilombo dos Palmares.

Através da estratégia de envio de aldeamentos coloniais para as regiões mais instáveis de uma capitania, ou seja, com maior frequência de incursões inimigas, os aldeamentos serviam como arraiais militares, oferecendo abrigo para expedições em curso, defesa dos núcleos de povoamento localizados nas áreas próximas e no povoamento da região, impulsionando a colonização na medida em que venciam os inimigos, alargando ainda mais as fronteiras coloniais. Aspecto analisado por estudos recentes que identificaram as principais estratégias da ocupação das terras de Palmares.

Ao analisar as mudanças de aldeamentos como parte de um plano maior no contexto da colonização da colônia, o presente artigo buscou apresentar reflexões importantes acerca da participação indígena não apenas nas guerras coloniais, como também para contribuir nas análises sobre o protagonismo indígena na construção da colônia. Temática que ainda precisa ser bastante discutida, especialmente se tratando da agência indígena no século XVII, um período marcado pelas guerras que culminaram na expansão das fronteiras coloniais para o sertão.

⁴ A Serra do Ararobá é também conhecida como Serra do Ororubá e Urubá, logo, certamente a região mencionada como “Orobo” é a mesma, visto que alguns mocambos ficavam próximos ao “sertão do Ararobá”, ou seja, mesma região. Ver marcação na Figura 1.

BACKWOODS WALLS: COLONIAL SETTLEMENTS IN THE WAR OF PALMARES (17TH CENTURY)

Abstract: The present paper seeks to analyze the defense strategy of the colonial populating in the Capitania of Pernambuco through the establishment of Indian settlements in the areas where there was a higher incidence of attacks by palmaristas in the seventeenth century. Besides the various interests of colonial agents connected to the work of the natives in the villages, in times of war, the colonial villages also took on the function of military encampment, sheltering soldiers from the expeditions and serving as walls that prevented the advance of enemy forces. Thus, the present study also seeks to identify the villages that served this purpose. We use as sources administrative correspondence found in the main documental collections related to the colonial period of Brazil, as well as reports from chroniclers and colonial maps, analyzed and problematized through the reflections made by colonial Indian historiography.

Keywords: Indian settlements. Military encampment. Palmaristas.

MURALLAS DEL SERTÓN: LAS ALDEAS COLONIALES EN LA GUERRA DE PALMARES (SIGLO XVII)

Resumen: El presente artículo pretende analizar la estrategia de defensa de los asentamientos coloniales en la Capitanía de Pernambuco a través del establecimiento de aldeas indígenas en las zonas donde había una mayor incidencia de ataques de palmaristas en el siglo XVII. Además de los diversos intereses de los agentes coloniales vinculados al trabajo de los nativos en las aldeas, en tiempos de guerra, las aldeas coloniales también asumían la función de campamentos militares, albergando a los soldados de las expediciones y sirviendo de murallas que impedían el avance de las fuerzas enemigas. Por ello, el presente estudio también pretende identificar las aldeas que sirvieron para este fin. Utilizamos como fuentes la correspondencia administrativa encontrada en los principales fondos documentales relacionados con el período colonial de Brasil, así como informes de cronistas y mapas coloniales, analizados y problematizados a través de las reflexiones realizadas por la historiografía indígena colonial.

Palabras clave: Aldeas indígenas. Campamentos militares. Palmaristas.

Referências**Fontes**

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

ABNRJ. “Cópia de uma carta do padre Pero Rodrigues, provincial da Província do Brazil da Companhia de Jesus, para o Padre João Alvares da mesma Companhia: assistente do Padre Geral, 1597”. In: Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ABNRJ), v. 20, 1898, p. 255.

Arquivo Histórico Ultramarino – Avulsos/Pernambuco:

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. **Carta dos oficiais da Câmara de Pernambuco ao rei [D. Afonso VI] sobre o zelo com que o governador da dita capitania tem tratado a administração pública.** Cx. N° 7, D. 700.

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. **Carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho, ao príncipe regente [D. Pedro], sobre a organização dos negros fugidos nas terras dos Palmares, informando que está refazendo os Terços militares, e alistando homens capazes para guerrear com os ditos negros.** Cx. N° 10, D. 917.

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. **Carta do [governador da capitania de Pernambuco], marquês de Montebelo, [Antônio Félix Machado da Silva e Castro], ao rei D. Pedro II sobre a carta dos oficiais da Câmara de Porto Calvo, em que pedem sejam aliviados da contribuição do dote da Rainha da Inglaterra, e acerca da ida para Palmares do paulista Domingos Jorge Velho.** Cx. N° 15, D. 1509.

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. **Carta do [governador da capitania de Pernambuco], Duarte Sodré Pereira Tibão, ao rei [D. João V], informando não haver necessidade de Corpos separados de pardos e negros, sugerindo a extinção dos postos de mestre-de-campo e sargento-mor dos mesmos, assim como o de governador dos índios.** Cx. N° 42, D. 3797.

Códices:

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. **Livro de registro de officios do Conselho Ultramarino (1670-1677).** 5° volume. Códice N° 118, fl. 132.

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. **Livro de registro de officios do Conselho Ultramarino (1684-1690).** 7° volume. Códice N° 120, fl. 29.

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. **Livro de registro de officios do Conselho Ultramarino (1694-1698).** 9° volume. Códice N° 122, fl. 6.

A.H.U. Arquivo Histórico Ultramarino. **Livro de registro de officios do Conselho Ultramarino (1720-1722).** 15° volume. Códice N° 128, fl. 77.

Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra) - Coleção Conde dos Arcos, Disposições dos Governadores de Pernambuco, 1 vol. (1648-1696):

A.U.C. Arquivo da Universidade de Coimbra. **Escreveu ao mesmo [governador-geral do Estado do Brasil, Francisco Barreto de Meneses] sobre os negros dos Palmares, e sobre os índios que foram povoar a aldeia dos Ananases.** AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 49.

A.U.C. Arquivo da Universidade de Coimbra. **Escreveu a câmara de Sirinhaém sobre a mudança da Aldeia para o engenho de Cucaú.** AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 203.

A.U.C. Arquivo da Universidade de Coimbra. **Ordenou ao Governador dos Índios situar a Aldeia dos Ananases com 12 casais dos Índios da sua jurisdição.** AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 424.

A.U.C. Arquivo da Universidade de Coimbra. **Ordenou ao cabo da aldeia do Orandú desse 10 soldados índios capazes de acompanharem ao capitão Antônio de Souza Souto, que foi fazer entrada aos Palmares.** AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 469.

A.U.C. Arquivo da Universidade de Coimbra. **Ordenou ao capitão Francisco Dias fizesse entrada em um mocambo de negros levantados.** AUC_CCA_VI-III-1-1-31, fl. 558.

Coleção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

DHBN. **Carta para o Capitão-mor Dom Diogo Pinheiro Camarão acerca dos índios.** Volume 9, Rio de Janeiro, 1929, p. 224-225.

DHBN. **Carta que se escreveu ao Governador de Pernambuco e ao Capitão-mor da Capitania do Rio Grande sobre as pessoas que se devem propor nas Aldeias de D. Diogo Pinheiro Camarão.** Volume 10, Rio de Janeiro, 1929, p. 73.

DHBN. **Carta que se escreveu a Dom Pedro de Almeida Governador de Pernambuco sobre a Conquista dos Palmares.** Volume 10, Rio de Janeiro, 1929, p. 106-109.

DHBN. **Carta que se escreveu a Dom Pedro de Almeida Governador de Pernambuco sobre a Conquista dos Palmares.** Volume 10, Rio de Janeiro, 1929, p. 113-115.

DHBN. **Carta para o Capitão-mor do Rio Grande Antônio Vás Gondim para mandar os índios para a conquista dos Palmares.** Volume 10, Rio de Janeiro, 1929, p. 116.

Transcritos por Ernesto Ennes e Décio Freitas, Cronistas:

A tomada da Serra da Barriga. In: FREITAS, Décio. **República de Palmares.** Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: Edufal, 2004, p. 129-130.

PARECER do ex-Governador de Pernambuco, D. João de Sousa. In: ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 148-149.

MORENO, Diogo de Campos. **Livro que Dá Razão do Estado do Brasil (1612).** Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, Arquivo Público Estadual, 1955.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2013.

ALVES FILHO, Ivan. **Memorial dos Palmares.** 2ª ed. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, Editorial Abaré, 2008.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.** São Paulo: Edusp, 2007.

ANTUNES, Clóvis. **Índios de Alagoas: documentário.** Maceió: Governo do Estado, 1984.

BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, P., STREIFF FENART, J. **Teorias da etnicidade.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CABRAL, João Francisco Dias. “Vestígios de uma antiga família estabelecida no território de Santa Maria Magdalena da Lagoas do Sul”. **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.** Maceió, v. II, nº. 11, 1879.

CARNEIRO, Edison. **O Quilombo dos Palmares.** 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais Pernambucanos: 1635-1665**. Vol. 3. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952.

ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares** (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

FERREIRA, Lorena de Mello. **São Miguel de Barreiros: uma aldeia indígena no Império**. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. “Estados de paz e estados de guerra: negociação e conflito na América Portuguesa (séculos XVI e XVII)”. **Revista Projeto História**, vol. 31. São Paulo: Editora da PUC, 2005.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FREITAS, Décio. **República de Palmares**. Pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII. Maceió: Edufal, 2004.

GOMES, Flávio. **Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2019.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. **A ocupação das terras dos Palmares de Pernambuco (séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado em História). UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.

HEMMING, John. **Ouro Vermelho: A conquista dos Índios Brasileiros**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O bagaço da cana: os engenhos de açúcar no Brasil holandês**. – 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Fontes para a história do Brasil holandês**. 1ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – Cepe, 2004.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª Edição. – Recife: Topbooks, 2001.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. “O desafio da história indígena no Brasil”. In: SILVA, A. L.; GRUPIONE, L.D. (orgs.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC, 1995.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior”. **Memória Americana**, v. 16, p. 63-84, 2008.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Os indígenas na formação da colônia: uma abordagem crítica”. In: FRAGOSO, João. **O Brasil Colonial: volume 1 (ca. 1443 – ca. 1580)** /

organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma guerra sem fim: a retórica da ‘pacificação’ e práticas institucionalizadas de produção de desigualdade. In: SOUZA, Adriana B de (org.). **Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs**. São Paulo: Alameda, 2017.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **A Guerra dos Bárbaros: resistências e conflitos no nordeste colonial**. 2. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, tupi e tapuia no Brasil colonial**. – Bauru, SP: EDUSC, 2003.

POMPA, Cristina. “Guerra e paz nos sertões: o protagonismo indígena no nordeste colonial”. In: SOUZA, Adriana B de (org.). **Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs**. São Paulo: Alameda, 2017.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF FENART, J. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart**. – 2.ed. – São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo. Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

SCHWARTZ, Stuart. “O Nordeste açucareiro no Brasil Colonial”. In: FRAGOSO, João. **O Brasil Colonial: volume 2 (ca. 1580-1720) / organização João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa**. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SILVA, Geysa Kelly Alves da. **Índios e identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial (1535-1716)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **“Nas solidões vastas e assustadoras” – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. – Recife: Cepe, 2010.

STERN, Steve. **Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant world: 18th to 20th Centuries**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1987.

THORNTON, John K. “Angola e as Origens de Palmares”. In: **Mocambos de Palmares: histórias e fontes (Séc. XVI-XIX)**. Flávio Gomes (org.). – Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

VIEIRA, Geysa Kelly Alves. “Entre perdas, feitos e barganhas: a elite indígena na capitania de Pernambuco, 1669-1732”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). **A presença indígena**

no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

WEBER, Max. “**Relações Comunitárias Étnicas**”. In: Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. v.1, 3. ed., Brasília, UNB, 1944.

SOBRE O AUTOR

Wesley de Oliveira Silva é mestrando em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Recebido em 14/05/2021

Aceito em 18/11/2021